



DE 14 À 19 DE OUTUBRO DE 2024
DEL 14 AL 19 DE OCTUBRE DE 2024

V SLACTIA

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA
SIMPOSIO LATINOAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN EN LA AGROPECUARIA

Inovação Tecnológica Rural Aplicada

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E INCLUSÃO FINANCEIRA: A MOEDA SOCIAL REDE ALEGRIA NA COSTA VERDE

Álvaro Augusto Veloso Theodoro¹
Lamounier Erthal Villela²
Edmir Amanajás Celestino³
Igor Friedrich Hochstatter⁴

¹ Álvaro Augusto Veloso Theodoro, UFRRJ e alvaroaugusto.vt@gmail.com

² Lamounier Erthal, UFRRJ e lamounier@ufrj.br

³ Edmir Amanajás Celestino, UFRRJ e amanajas.ed@gmail.com

⁴ Igor Friedrich Hochstatter, UFRRJ e hochstatter.br@gmail.com



DE 14 À 19 DE OUTUBRO DE 2024
DEL 14 AL 19 DE OCTUBRE DE 2024

V SLACTIA

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA
SIMPOSIO LATINOAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN EN LA AGROPECUARIA

Resumo: Este artigo investiga o papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e das moedas sociais na promoção do desenvolvimento territorial sustentável e no fortalecimento das cadeias produtivas nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, na Costa Verde do estado do Rio de Janeiro. Utilizando a Matriz SWOT, foram analisadas as cadeias produtivas da pesca artesanal, agricultura familiar e turismo de base comunitária, identificando seus pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças. O foco principal recai sobre o Banco Comunitário Rede Alegria, que, por meio de sua moeda social, fomenta o consumo interno e promove a inclusão financeira nas comunidades locais de Paraty. Ao dinamizar a economia local, a moeda social Rede Alegria contribui para a retenção de riqueza dentro do território, fortalecendo as redes cooperativas e estimulando o desenvolvimento das cadeias produtivas. A análise aponta que os BCDs, ao fornecer crédito acessível e apoiar a economia solidária, desempenham um papel crucial na transformação das economias locais, gerando um impacto direto no crescimento econômico sustentável. O estudo conclui que a combinação de moedas sociais, políticas públicas e economia solidária tem o potencial de promover uma integração efetiva das cadeias produtivas, assegurando que o desenvolvimento seja inclusivo e que os benefícios econômicos sejam redistribuídos dentro da própria comunidade, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, moedas sociais, bancos comunitários, cadeias produtivas, economia solidária.

1. INTRODUÇÃO

O Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG), estabelecido em 2015, surgiu como um espaço de governança participativa para promover o desenvolvimento territorial sustentável em municípios do Rio de Janeiro, como Angra dos Reis, Paraty, Itaguaí, Seropédica, Mangaratiba e Rio Claro. O colegiado foi criado em resposta à necessidade de integrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental em áreas vulneráveis. Atuando como mediador entre atores locais, instituições públicas e a sociedade civil, promove debates sobre temas como agricultura familiar, economia solidária e turismo sustentável (Ramos, 2019; Maury et al., 2024). O fortalecimento econômico das comunidades a partir da ótica da sustentabilidade socioambiental, é um dos principais objetivos do Colegiado BIG.

A principal problemática deste estudo está ligada aos desafios de se alcançar um desenvolvimento territorial sustentável em regiões com desigualdades socioeconômicas acentuadas,

pressionadas por recursos naturais escassos ou impactados por outras atividades. Municípios como Paraty e Angra dos Reis abrigam comunidades tradicionais que dependem de atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, que estão frequentemente ameaçadas pela especulação imobiliária, turismo predatório, atividade portuária, pesca industrial e pela falta de acesso a mecanismos financeiros que possam dinamizar a economia local de maneira inclusiva. Assim, o papel do Colegiado BIG é relevante na busca por soluções que promovam não apenas a inclusão social, mas também a sustentabilidade econômica e ambiental (Celestino, Alencar e Villela, 2022; Maury et al., 2024).

Uma das principais estratégias adotadas pelo Colegiado BIG envolve o uso de Tecnologias Sociais (TS), definidas por Dagnino (2004) como ferramentas colaborativas e sustentáveis, desenvolvidas para atender necessidades locais e promover o empoderamento social e econômico. Diferente de tecnologias convencionais, as TS são construídas com a participação ativa das comunidades. No contexto da Baía da Ilha Grande, iniciativas como o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) mostram-se eficazes no fortalecimento das cadeias produtivas locais, como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o turismo de base comunitária, além de oferecer soluções integradas de conservação ambiental e desenvolvimento econômico (Celestino, Alencar e Villela, 2021). Esse modelo de desenvolvimento reconhece as particularidades territoriais e promove a participação direta das comunidades na formulação e implementação de políticas públicas.

Outro conceito-chave é a Gestão Social, que se alinha às práticas participativas promovidas pelo Colegiado BIG. Cançado, Pereira e Tenório (2013) descrevem a gestão social como um modelo de governança que prioriza a construção coletiva de soluções para problemas públicos, fundamentada na transparência e inclusão. Esse modelo é essencial para assegurar que políticas públicas sejam adaptadas às realidades locais, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a coesão social entre os diferentes atores territoriais. Na Baía da Ilha Grande, a gestão social tem sido eficaz em fortalecer redes produtivas, especialmente nas áreas de agricultura familiar e pesca artesanal, que são vitais para a subsistência das comunidades tradicionais (Celestino, Alencar e Villela, 2022); Maury et al., 2024).

Além disso, a economia solidária emerge como um motor para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Segundo Singer (2002), a economia solidária valoriza a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, contrastando com o modelo capitalista tradicional que prioriza o lucro individual. Em territórios vulneráveis, a economia solidária tem sido aplicada com sucesso, criando redes de produção e consumo que valorizam recursos locais e fomentam a cooperação. Nesse contexto, as moedas sociais desempenham um papel central na operação desse modelo, promovendo a circulação de riqueza dentro do território e fortalecendo as economias locais (França Filho e Rigo, 2012).

Um exemplo relevante de economia solidária na perspectiva da moeda social na Costa Verde é o Banco Comunitário Rede Alegria, em Paraty. Criada para dinamizar a economia local e garantir inclusão financeira em uma região com baixa penetração do sistema bancário tradicional em relação à inclusão e acessibilidade de crédito para pequenos negócios, a moeda "Rede Alegria" incentiva o consumo local, promovendo a compra em comércios da cidade e fortalecendo cadeias produtivas, como agricultura familiar e turismo (Calderon, 2024). Essa iniciativa demonstra a capacidade das moedas sociais de reter recursos financeiros dentro da comunidade, gerando um impacto positivo não só na economia, mas também na coesão social e sustentabilidade.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar o papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e das moedas sociais no fortalecimento das cadeias produtivas e na promoção do desenvolvimento territorial sustentável na Baía da Ilha Grande, com foco nos municípios de Paraty e Angra dos Reis. A análise busca mostrar como o Banco Rede Alegria, por meio de sua moeda social, atua como um motor de desenvolvimento, promovendo inclusão financeira e

dinamizando a economia local. Este estudo justifica-se pela crescente demanda por modelos de desenvolvimento que integrem sustentabilidade econômica, social e ambiental, especialmente em áreas de vulnerabilidade socioeconômica, como a Costa Verde.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado a partir de uma metodologia qualitativa que envolveu duas principais abordagens: um levantamento bibliográfico detalhado e a aplicação de uma *Matriz FOFA* para mapear e analisar as cadeias produtivas dos municípios de Paraty e Angra dos Reis. Além disso, foi realizada uma análise da atuação do Banco Comunitário Rede Alegria, com foco na utilização da moeda social como ferramenta de inclusão financeira e dinamização da economia local.

O levantamento bibliográfico foi conduzido a partir de uma ampla consulta a fontes acadêmicas e institucionais, como livros, artigos científicos, relatórios e estudos de caso, que fornecem suporte teórico para as discussões sobre desenvolvimento territorial sustentável, tecnologias sociais, economia solidária e moedas sociais. Referências de autores como Dagnino (2004), Singer (2002) e França Filho & Rigo (2012) foram fundamentais para estruturar a análise do papel das tecnologias sociais e da economia solidária no fortalecimento das cadeias produtivas e no desenvolvimento territorial. Esse levantamento forneceu a base teórica para compreender como as tecnologias sociais podem ser aplicadas em contextos territoriais vulneráveis, como a Baía da Ilha Grande, e como a economia solidária pode ser operacionalizada por meio de moedas sociais.

A Matriz FOFA foi utilizada como uma ferramenta para identificar e organizar os *Pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças* das principais cadeias produtivas de Paraty e Angra dos Reis, que incluem a pesca artesanal, a agricultura familiar e o turismo de base comunitária. Essa metodologia foi escolhida pela sua capacidade de fornecer uma visão integrada dos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento dessas atividades, facilitando a elaboração de estratégias que favoreçam o crescimento econômico sustentável e a inclusão social.

No que se refere à análise da moeda social, o estudo utilizou uma abordagem qualitativa, baseada na revisão de documentos institucionais e entrevistas estruturadas com gestores do *Banco Comunitário Rede Alegria*, localizado em Paraty. O foco foi avaliar como a moeda social "Rede Alegria" tem sido utilizada como uma ferramenta de inclusão financeira e dinamização econômica, promovendo o consumo local e o fortalecimento das cadeias produtivas.

A moeda social foi analisada em termos de sua estrutura operacional, abrangência de uso e impacto nas cadeias produtivas locais, como a agricultura familiar e o turismo de base comunitária. Além disso, foram considerados os desafios enfrentados para ampliar sua aceitação no comércio e aumentar a confiança dos consumidores locais. A análise qualitativa revelou que o Banco Rede Alegria tem sido uma peça fundamental para fomentar a economia solidária em Paraty, atuando como um motor para o desenvolvimento territorial sustentável, ao promover uma circulação de recursos que fortalece as economias locais e reduz a dependência do sistema bancário tradicional (Calderon, 2024).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das cadeias produtivas de Paraty e Angra dos Reis, com base na Matriz FOFA (Tabela 1), revelou oportunidades e desafios que afetam o desenvolvimento dessas atividades. As cadeias de pesca artesanal, agricultura familiar e turismo de base comunitária possuem grande potencial, mas enfrentam barreiras como infraestrutura inadequada, acesso limitado a crédito e a ameaça de degradação ambiental. A aplicação da Matriz FOFA permitiu identificar essas dinâmicas e fornecer subsídios para estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Com base nos dados levantados, a matriz FOFA foi desenvolvida para os dois municípios, considerando as especificidades de suas cadeias

produtivas:

Tabela 1 – Matriz FOFA das cadeias produtivas de Angra dos Reis e Paraty.

Cadeia Produtiva	Pesca Artesanal	Agricultura Familiar	Turismo
Atores Principais	Colônias de Pescadores (Z-18 em Paraty e Z-14 em Angra), Associações locais, Intermediários, pescadores caiçaras.	Associações de pequenos agricultores, agricultores familiares, feirantes de produtos orgânicos, cooperativas.	Operadores de turismo náutico, agências de turismo local, pousadas, Secretaria de Turismo de Paraty e Angra.
Pontos Fortes	Biodiversidade marinha rica, conhecimento tradicional caiçara, proximidade com mercados consumidores regionais (Rio de Janeiro).	Produção agroecológica e orgânica com forte demanda local, valorização de produtos típicos e proximidade com o mercado turístico.	Riqueza natural (Paraty e Ilha Grande, Patrimônio da Humanidade), turismo histórico e cultural, proximidade com o Rio de Janeiro.
Pontos Fracos	Falta de infraestrutura de processamento e comercialização, pouca integração com redes de valor maiores, baixo financiamento.	Escassez de infraestrutura, dificuldades logísticas para escoar produtos, falta de acesso ao crédito e assistência técnica.	Dependência de sazonalidade, infraestrutura turística deficiente em algumas áreas, falta de capacitação profissional.
Oportunidades	Integração com o turismo gastronômico e ecológico, certificação de produtos sustentáveis, maior acesso a novos mercados com apoio governamental.	Expansão de mercados para produtos agroecológicos, parcerias com o turismo rural e gastronômico, implementação de novas tecnologias sustentáveis.	Desenvolvimento de roteiros ecológicos e de aventura, aumento da demanda por turismo sustentável, parcerias público-privadas para melhorar infraestrutura.
Ameaças	Pressão de atividades industriais (como a expansão portuária em Angra), contaminação marinha por resíduos, mudanças climáticas.	Expansão urbana e especulação imobiliária que pressionam terras agrícolas, falta de políticas públicas continuadas para agricultura familiar.	Degradação das áreas naturais devido ao turismo desordenado, impactos climáticos, crises econômicas e superlotação em temporadas de alta demanda.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Essa matriz reflete as especificidades de cada município, oferecendo um diagnóstico claro das áreas que necessitam de maior atenção, como a melhoria de infraestrutura e o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A análise das cadeias produtivas locais, orientada pela Matriz FOFA, contribui para a formulação de estratégias que promovam a sustentabilidade econômica e social, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030.

Na pesca artesanal, Paraty e Angra dos Reis compartilham um capital cultural e ambiental significativo. A cultura e o conhecimento tradicional sobre a pesca e a biodiversidade marinha oferecem oportunidades para integrar a pesca ao turismo, como o turismo cultural, gastronômico e ecológico. No entanto, a falta de infraestrutura adequada para beneficiamento e comercialização de pescados compromete o potencial de inserção dessa atividade nos médios e grandes mercados. No Nordeste brasileiro, um cenário semelhante relacionado à pesca artesanal passou por mudanças significativas onde cooperativas e bancos comunitários ajudaram a melhorar a comercialização e aumentar a renda local (França Filho & Rigo, 2012). Em Paraty e Angra, a interação da pesca artesanal e do turismo de base comunitária dentro de circuitos de economia solidária podem potencializar novos mercados e agregar valor aos produtos locais.

Na agricultura familiar, o destaque é a produção orgânica, que tem grande apelo no mercado turístico. Produtos agroecológicos representam uma oportunidade de crescimento, especialmente

quando associados ao turismo rural, que atrai visitantes interessados em práticas agrícolas sustentáveis. No entanto, agricultores enfrentam dificuldades de acesso a crédito e infraestrutura logística inadequada para escoar seus produtos (Maury et al., 2024). Experiências em outras regiões brasileiras, como em Juazeiro, mostram que redes cooperativas, apoiadas por bancos comunitários, podem transformar a agricultura familiar, conectando produtores a mercados regionais e até internacionais (Singer, 2002). Feiras locais em Paraty e Angra seriam uma solução eficaz para conectar a produção agrícola ao turismo, ampliando o acesso dos agricultores familiares ao mercado.

No turismo de base comunitária, Paraty e Angra dos Reis têm vantagens competitivas notáveis. O patrimônio histórico-cultural de Paraty, reconhecido pela UNESCO, e a biodiversidade de Angra dos Reis tornam esses destinos ideais para o turismo ecológico e cultural (Jacobi, 2004). Entretanto, o turismo local enfrenta desafios como sazonalidade e gestão ambiental deficiente. A exploração turística desordenada tem levado à degradação ambiental e à privatização de áreas naturais, conforme visto em destinos como Jericoacoara, no Ceará (Jacobi, 2004). Em Paraty e Angra, práticas de turismo sustentável, com planejamento cuidadoso e envolvimento das comunidades, são necessárias para preservar os recursos naturais.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), como o Banco Rede Alegria em Paraty, são centrais na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, dinamizando economias locais e fortalecendo cadeias produtivas. A moeda social "Rede Alegria" estimula o consumo interno e fortalece o comércio local, mantendo recursos dentro da comunidade. Esse modelo de inclusão financeira é especialmente eficaz em áreas onde o sistema bancário tradicional é inacessível (Calderon, 2024). Exemplos de sucesso, como o Banco Palmas (Fortaleza-CE) e o Banco Mumbuca (Maricá-RJ), mostram como moedas sociais podem promover a circulação de riqueza e fortalecer cadeias produtivas locais (França Filho & Rigo, 2012).

Um dos principais desafios enfrentados pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) é a dificuldade de se sustentar financeiramente sem o apoio de capital externo. A moeda social "Rede Alegria", por exemplo, só se tornou viável devido ao fomento obtido por uma iniciativa privada. Isso reflete a necessidade de financiamento constante, já que, sem uma fonte de capital sustentável, muitos BCDs ficam vulneráveis à descontinuidade de suas operações (Neto e Pinto, 2020). Esses bancos, ao dependerem de recursos escassos, muitas vezes não conseguem expandir seus serviços, o que limita sua capacidade de promover o desenvolvimento territorial sustentável e a inclusão financeira em regiões como Paraty e Angra dos Reis.

Além da questão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm um papel crucial na conscientização da população sobre o uso da moeda social e os princípios da economia solidária. Um grande desafio enfrentado pelos BCDs é a percepção equivocada de que atuam de forma similar à "agiotagem", o que afasta muitos potenciais usuários. A falta de compreensão sobre os benefícios das moedas sociais e seu impacto na comunidade local torna ainda mais necessário o desenvolvimento de estratégias educacionais que esclareçam esses conceitos. Essa tarefa é essencial para garantir que as moedas sociais sejam aceitas e utilizadas como uma ferramenta de fortalecimento econômico e social.

Outro ponto que dificulta o crescimento das moedas sociais é a limitação das plataformas digitais usadas para sua implementação. Muitas vezes, os BCDs têm acesso apenas a sistemas básicos, enquanto plataformas mais avançadas, que permitem uma melhor gestão e operação da moeda, são pagas e, portanto, inacessíveis para muitos bancos comunitários. Essa limitação tecnológica impede que as moedas sociais alcancem seu pleno potencial, restringindo o uso em transações cotidianas e a inclusão de ferramentas que poderiam facilitar a adoção e aceitação pela comunidade. A modernização das plataformas é essencial para aumentar a eficiência e o impacto dessas moedas.

Pensando em possíveis implicações da inclusão de atividades produtivas e de geração de renda numa perspectiva da economia solidária e moeda social, chegou-se aos seguintes cenários:

1. No setor pesqueiro, o Banco Rede Alegria pode oferecer microcréditos para auxiliar na logística de transporte e manutenção da cadeia de frio, modernização de equipamentos e melhoria das condições de beneficiamento, permitindo que pescadores aumentem sua produção e melhorem a qualidade dos produtos. Esse apoio financeiro facilitaria a criação de cooperativas e uma rede de cooperação com o setor turístico, integrando pesca e gastronomia local. Experiências em vilarejos costeiros na Colômbia mostram que moedas sociais têm sido eficazes em apoiar atividades pesqueiras e fortalecer economias locais por meio de sistemas de trocas comunitárias (França Filho & Rigo, 2012).

2. Na agricultura familiar, o Banco Rede Alegria pode facilitar o acesso dos pequenos agricultores a mercados consumidores, conectando a produção orgânica local ao setor turístico. Paraty, com demanda crescente por turismo gastronômico, oferece uma oportunidade para que os agricultores ampliem suas vendas por meio de cooperativas que atendam diretamente restaurantes e pousadas. Experiências no sul do Brasil mostram como cooperativas conseguiram integrar-se ao mercado turístico, evidenciando o impacto positivo dessa cooperação entre agricultura e turismo (Singer, 2002).

3. Quanto ao turismo de base comunitária, o Banco Rede Alegria pode financiar pequenos empreendimentos, como pousadas ecológicas, guias turísticos locais e operadores de ecoturismo. Ao fornecer crédito acessível, o banco fortalece a economia local e promove práticas sustentáveis. No Equador e na Costa Rica, bancos comunitários têm sido fundamentais para financiar ecoturismo, promovendo o desenvolvimento local, preservando recursos naturais e fortalecendo a autonomia das comunidades tradicionais (Calderon, 2024). Paraty e Angra dos Reis podem se beneficiar de modelos semelhantes, dado o crescente interesse por roteiros turísticos que valorizam sustentabilidade e cultura local.

Embora a emissão de crédito seja uma das principais funções dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, seu papel vai muito além disso. Os BCDs têm o potencial de promover uma série de projetos que impulsionam o desenvolvimento territorial sustentável. Iniciativas como cozinhas solidárias, feiras de produtos agroecológicos e cursos de educação social são exemplos de como essas instituições podem fomentar a economia local. A moeda Alegria, por exemplo, está vinculada a diversos projetos, como a organização de feiras de produtos de fazendas agroecológicas e a criação de cozinhas solidárias, e outras atividades projetadas pelo banco, geram renda e fortalecem a economia local.

Esses projetos garantem que a renda circule dentro da própria comunidade, promovendo coesão social e econômica. Dessa forma, os BCDs atuam como mediadores entre as demandas locais e os recursos disponíveis, fortalecendo a capacidade das comunidades de se organizarem e gerirem seus recursos. Ao promover a economia solidária e facilitar o acesso a crédito para pequenos produtores, os BCDs ajudam a construir uma rede econômica resiliente, que valoriza as particularidades locais e promove crescimento sustentável (Singer, 2002).

A experiência de bancos comunitários em áreas rurais na América Latina reforça o potencial dessas instituições para transformar dinâmicas econômicas e sociais, especialmente quando aliadas a estratégias de desenvolvimento territorial e políticas públicas favoráveis à economia solidária (França Filho & Rigo, 2012). Assim, os bancos comunitários na Costa Verde, em particular o Banco Rede Alegria, possuem grande potencial de impacto no fortalecimento econômico e na sustentabilidade das cadeias produtivas locais.

6. CONCLUSÕES

A análise das cadeias produtivas de Paraty e Angra dos Reis, juntamente com a análise da atuação do Banco Comunitário Rede Alegria, evidenciam o potencial das moedas sociais e dos BCDs para promover o desenvolvimento territorial sustentável. Apesar das cadeias de pesca artesanal, agricultura familiar e turismo de base comunitária enfrentarem desafios como falta de crédito e

infraestrutura precária, suas características as tornam essenciais para fortalecer a economia local, especialmente quando integradas a práticas de economia solidária.

O Banco Rede Alegria, ao oferecer microcrédito e promover a inclusão financeira, mostra como os BCDs podem dinamizar economias locais, mantendo recursos dentro das comunidades e gerando impactos positivos no comércio fomentado pelo turismo, agricultura e pesca. O uso de moedas sociais não só fortalece as economias locais, como também fomenta a coesão social e a formação de redes cooperativas capazes de resistir a pressões externas advindas do impacto gerado por outras cadeias econômicas.

O fomento de atividades de pesca artesanal, turismo e agricultura familiar pode ser incrementado e melhorado através do suporte solidário no apoio financeiro e logístico dos bancos comunitários, que apresentam um grande potencial de contribuição na sustentabilidade dessas cadeias. Para maximizar o impacto positivo, é importante articular essas iniciativas com políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento territorial sustentável. A utilização de moedas solidárias em Paraty e Angra dos Reis, pode potencializar a inclusão econômica, cooperação e sustentabilidade das cadeias produtivas e de geração de renda. A potencialização através de políticas públicas eficazes podem transformar o panorama econômico e social da região.

Embora os BCD, como a Rede Alegria, tenham demonstrado um impacto positivo na dinamização das economias locais e na promoção da economia solidária, é necessário reconhecer as limitações e desafios inerentes ao modelo. A falta de recursos financeiros, as dificuldades tecnológicas e a necessidade de conscientização popular são barreiras que devem ser enfrentadas para que as moedas sociais alcancem seu pleno potencial. Ao equilibrar o debate entre as oportunidades oferecidas pelos BCDs e as limitações que enfrentam, podemos compreender com maior clareza como esses modelos podem ser aprimorados e melhor integrados às estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) na figura dos seus membros, cuja dedicação foi essencial para a realização deste estudo. Agradecemos também à FAPERJ pelo financiamento de bolsas e projetos que tornam trabalhos como este possíveis.

REFERÊNCIAS

- CALDERON, Mônica. Entrevista sobre o Banco Rede Alegria. Paraty, 2024.
- Celestino, E. A., Alencar, E. F., & Villela, L. E. (2021). Políticas de Desenvolvimento no Brasil e Impactos sobre a Pesca Artesanal no Estado do Rio de Janeiro. *Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais*, 4(2), 85-111.
- DAGNINO, Renato. *Tecnologia social e desenvolvimento: o campo da investigação tecnológica no Brasil*. In: DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: Ferramenta Para Construir Outra Sociedade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 19-33.
- VILLELA, Lamounier Erthal. Tecnologias sociais e desenvolvimento territorial na Baía da Ilha Grande. *Revista de Desenvolvimento Territorial*, v. 14, n. 2, p. 45-67, 2023.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Adriana. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: um estudo de caso no Brasil. *Revista de Economia Solidária*, v. 4, n. 2, p. 45-62, 2012.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 189-205, 2004.
- MAURY, Patrick et al. A cartografia participativa como ferramenta de governança territorial. *Revista Brasileira de Economia Solidária*, v. 12, n. 1, p. 23-49, 2024.

RAMOS, Carolina. O impacto das mudanças políticas sobre o desenvolvimento rural: a descontinuidade das políticas públicas na Baía da Ilha Grande. *Revista de Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, p. 34-49, 2019.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.